

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RENAN LOCH PIROLA

**RATEIO DAS TRANSAÇÕES DA UNIDADE ADMINISTRATIVA PARA AS
AGÊNCIAS DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO EXTREMO SUL
CATARINENSE**

CRICIÚMA - SC

2021

RENAN LOCH PIROLA

**RATEIO DAS TRANSAÇÕES DA UNIDADE ADMINISTRATIVA PARA AS
AGÊNCIAS DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO EXTREMO SUL
CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de bacharelado no curso
de Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Manoel Vilsonei Menegali

CRICIÚMA - SC

2021

RENAN LOCH PIROLA

**RATEIO DAS TRANSAÇÕES DA UNIDADE ADMINISTRATIVA PARA AS
AGÊNCIAS DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO EXTREMO SUL
CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharelado, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade de Custos.

Criciúma, 22 de Junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Manoel Vilsonei Menegali - Especialista - (UNESC) - Orientador

Prof. ESP. Valcir Mantovani - (UNESC)

Prof. ESP. Alex Sander Bristot de Oliveira - (UNESC)

Dedico esse trabalho aos meus pais e familiares que de alguma forma me auxiliaram para chegar até esse momento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, pois, sem ele e seus ensinamentos não seríamos nada.

Agradeço aos meus pais, Paulo e Cleuza, que são a razão do meu viver, exemplos para minha vida, me ensinaram praticamente tudo o que sei hoje, o certo e o errado, sempre me apoiando na minha trajetória até aqui, tanto profissional quanto pessoal, em todos os momentos.

Ao meu orientador Prof. Manoel Vilsonei Menegali, com que sempre tive um bom relacionamento, tanto nos semestres anteriores, como professor, quanto agora como orientador, obrigado por todos os ensinamentos os quais me fortaleceram na vida profissional e pessoal.

Agradecer também ao SICOOB Credisulca, que disponibilizou várias informações para que eu conseguisse realizar o artigo, em especial ao diretor Nelson Gabriel, que me ajudou muito para entender o funcionamento dos processos realizados na contabilidade da cooperativa.

Por fim, a todos meus amigos e colegas que conheci ao longo dessa trajetória maravilhosa na UNESC, que ficarão para toda vida.

Obrigado a todos pelo apoio.

“Na contabilidade da vida, preencha o Ativo com amor, empatia, alegria e compaixão. Deprecie o ódio, a raiva, o rancor e o orgulho. Quanto ao Passivo, lance o agradecimento e a gratidão. Desta forma, sua contabilidade, nunca ficará no vermelho.”

Damião Maximino

RATEIO DAS TRANSAÇÕES DA UNIDADE ADMINISTRATIVA PARA AS AGÊNCIAS DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO EXTREMO SUL CATARINENSE

Renan Loch Pirola ¹

Manoel Vilsonei Menegali ²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo demonstrar o critério de rateio das transações da Unidade Administrativa para as 25 agências de uma cooperativa de crédito, no ano de 2020, mostrando como aconteceu o rateio das principais transações no ano de 2020. A abordagem do problema se qualifica como qualitativa, tem objetivos descritivos, teve como procedimentos utilizados, a pesquisa documental e bibliográfica e como técnicas utilizadas foram coletados dados documentais e relatórios, diretamente com a administração da cooperativa. Tais dados foram analisados para possibilitar novas tomadas de decisões no dia a dia e assim desenvolver mais agilidade e integração entre todos os colaboradores da cooperativa. Os resultados do estudo evidenciaram que o rateio das transações ocorre mensalmente, podendo assim ser acompanhado de forma mais rápida, as transações são compostas por ingressos e receitas, repasse aos associados, dispêndios, custo e despesas, que envolvem associados e também não associados. Também foi possível verificar que antes do rateio, as transações são separadas por oito grandes grupos, onde posteriormente ocorre o rateio, conforme critérios selecionados para cada grupo em relação aos seus componentes, ainda foi visto que dois grupos se destacam em relação aos demais, pois juntos, ocupam quase a totalidade do valor rateado entre as agências. Ademais, podemos compreender a relevância que o rateio das transações traz para todos os envolvidos, sendo um procedimento essencial para o funcionamento correto da entidade, não podendo deixar de existir.

PALAVRAS – CHAVE: Ingressos. Receita. Dispêndios. Despesas. Rateio.

ÁREA TEMÁTICA: Contabilidade de Custos

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário econômico brasileiro percebe-se um grande crescimento no segmento financeiro, tanto na dimensão de pessoa física quanto de pessoa jurídica. Um dos segmentos que tem crescido bastante é o de cooperativas de créditos. Segundo Araújo e Silva (2011), a procura por serviços prestados por cooperativas de créditos vem crescendo de forma exponencial, esse crescimento pode ser agregado a taxas mais atrativas sobre as operações de créditos, como financiamentos ou empréstimos e ao grande incentivo feito pelo governo, com a disponibilização de linhas de créditos alternativas.

¹ Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil

² Especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



Ligadas ao Banco Central do Brasil (BACEN), as cooperativas de crédito são instituições financeiras, que oferecem produtos e serviços similares aos dos bancos comerciais comuns. As cooperativas podem ser muito semelhantes aos bancos comerciais, mas há muitos pontos que as diferem deles, como por exemplo: um banco comercial é uma sociedade de capital, em que o voto é proporcional ao valor de sua participação, já nas cooperativas, os seus cooperados, independentemente do valor de sua participação no capital geral, sempre terão direito apenas um voto nas assembleias gerais ordinárias (BACEN, 2020c).

As demonstrações contábeis das cooperativas de créditos são em quase sua totalidade iguais as demonstrações de bancos ou empresas comuns, o que as difere é a apresentação da Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP), no lugar da conhecida Demonstração de Resultado (DR).

A demonstração de sobras ou perdas nas sociedades cooperativas são separadas por atos cooperativos e não-cooperativos. As sobras ou perdas da DSP são compostas por ingressos que são as receitas e por dispêndios que são as despesas, isso quando se fala de ato cooperativos. Em atos não-cooperativos, existem lucro ou prejuízo, compostos por receitas, custos e despesas (SANTOS, 2008).

As cooperativas de crédito são sempre compostas por agências, onde ocorre o atendimento aos cooperados, e por uma Unidade Administrativa Desmembrada (UAD), onde acontece todos os procedimentos administrativos da cooperativa. Todos os ingressos e dispêndios da UAD são primeiro alocados nas contas dessa unidade e depois são rateados para todas as outras agências.

Por conta disso, percebe-se que estudar mais a fundo como funciona o rateio da UAD para as agências poderá trazer novas possibilidades para tomada de decisões, pois, além de envolver fatores contábeis, existem fatores motivacionais, possibilitando assim maior agilidade e integração entre os diversos setores e agências da cooperativa.

Diante deste contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: Como acontece o rateio das transações da UAD de uma cooperativa de crédito para as suas agências? Para tanto, esse estudo tem como objeto geral: demonstrar o critério de rateio das transações da Unidade Administrativa para as 25 agências de uma cooperativa de crédito, no ano de 2020. Para alcançar o objetivo geral deste estudo propõe-se como objetivos específicos: (i) Consolidar o relatório de apuração de resultado da cooperativa de crédito de 2020; (ii) Levantar os critérios de rateio utilizados pelas cooperativas de crédito do sistema SICOOB e (iii) apresentar o relatório de apuração do resultado de uma agência base.

O presente estudo se justifica no campo teórico, pois o levantamento de dados realizado, com pesquisas em diversos autores e livros, servirá também como objeto de estudo de futuras pesquisas relacionadas a esse tema. Do ponto de vista prático, a apresentação de como funciona o sistema de rateio de uma cooperativa de crédito vai conseguir demonstrar melhor para os colaboradores da UAD, como funciona o rateio dos gastos e receitas da UAD, podendo assim melhorar o entendimento de funções que são desenvolvidas apenas na UAD. Por fim, no âmbito social este estudo, poderá colaborar com as tomadas de decisões dentro da cooperativa, principalmente por partes dos colaboradores da UAD, visto que terão melhor entendimento de como funciona a alocação dos gastos por eles consumidos.



A estrutura do presente artigo se inicia pela introdução, com a contextualização do tema, em seguida pela fundamentação teórica, terceira seção refere-se aos procedimentos metodológicos da pesquisa, e por fim, nas últimas seções são apresentadas a análise dos resultados obtidos e as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção apresentam-se todas as pesquisas bibliográficas, que foram realizadas para confecção deste artigo, inicialmente abordando os aspectos do segmento financeiro no Brasil, seguido dos tópicos sobre cooperativas de crédito, a mensuração de custos e pôr fim a demonstração de sobras ou perdas.

2.1 SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

O sistema financeiro brasileiro, conhecido também como Sistema Financeiro Nacional (SFN) é constituído por um conjunto de entidades e instituições que realizam a captação e oferta de recursos financeiros no país, em outras palavras, ele faz o encontro entre o credor e o tomador de recurso. Por meio do SFN é que pessoas físicas, pessoas jurídicas e o próprio governo, circulam seus recursos, sendo estes para pagamento de contas, dívidas ou também para investimentos.

O SFN tem uma estrutura formada por instituições normativas, supervisoras e operadoras. A regulamentação e fiscalização ficam por conta das instituições normativas e supervisoras, as instituições operadoras são as responsáveis por efetuar as transações que ocorrem no sistema financeiro nacional (BACEN, 2020b).

Toda estrutura do SFN é baseada em três grandes leis, são elas: Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964 que institui a correção monetária nos contratos imobiliários, cria o Banco Nacional de habitação (BNH) e institui também o Sistema Financeiro de Habitação (SFH); a Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964 que realiza a reestruturação do SFN, através da criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), extinguindo assim a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) e definindo as principais características e áreas de atuação das instituições financeiras; e a Lei nº 4.728 de 14 de julho de 1965 que disciplina o mercado de capitais. Entretanto foi através da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que foi criado a Comissão de Valores Mobiliários, com objeto específico de fiscalizar o mercado mobiliário no Brasil (BACEN, 2020a).

O SFN possui divisões entre segmentos, órgãos normativos, órgãos supervisores e órgãos operadores, isso foi feito para que fique mais claro como funciona o sistema em geral, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Sistema financeiro nacional

Segmentos do SFN	Moeda, crédito, capitais e câmbio		Seguros privados	Previdência Fechada	
Órgãos normativos	CMN Conselho Monetário Nacional		CNSP Conselho Nacional de Seguros Privados	CNPC Conselho Nacional de Previdência Complementar	
Supervisores	BACEN Banco Central do Brasil	CVM Comissão de Valores Mobiliários	Susep Superintendência de Seguros Privados	Previc Superint. Nacional de Previdência Complementar	
Operadores	Bancos e caixas econômicas	Cooperativas de crédito	Bolsa de Valores	Seguradoras e Resseguradoras	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)
	Administradoras de consórcios	Corretoras e distribuidoras*	Bolsa de Mercadoria e futuros	Entidades abertas de previdência	
	Instituições de pagamento**	Demais instituições não bancárias		Sociedades de capitalização	

* Dependendo de suas atividades corretoras e distribuidoras também são fiscalizadas pela CVM.

** As Instituições de Pagamento não compõem o SFN, mas são reguladas e fiscalizadas pelo BCB, conforme diretrizes estabelecidas pelo CMN.

Fonte: Adaptado do BACEN (2020b).

No sistema financeira além de existirem os agentes tomadores e poupadores, existem também os intermediários financeiros que realizam os financiamentos indiretos, o mercado financeiro que é onde ocorre a compra e venda de contratos por parte dos poupadores e tomadores, de forma direta sem os intermediários financeiros e também as instituições reguladoras, que agem nos itens mencionados acima, normatizando e também fiscalizando (LOPES; ROSSETI, 2015).

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o agente responsável pela normatização do SFN, sendo ele quem determina todas as diretrizes da política monetária e creditícia do Brasil, embora ele tenha todas essas funções o CMN não é uma instituição fiscalizadora, pois, quem faz essa função é o BACEN, que realiza a execução e fiscalização das normas criadas pelo CMN (BACEN, 2020b).

O BACEN desempenha múltiplas atividades no SFN, inflação baixa e estável, manter a inflação sob controle, dentro da meta estipulada é um dos principais objetivos, sempre mantendo a estabilidade dos preços, preservando assim o valor do dinheiro e mantendo o poder de compra, esse objetivo é alcançado com o auxílio da política monetária. Manter o sistema financeiro seguro e eficiente também é um dos papéis do BACEN, mantendo o SFN sólido, possuindo capital suficiente para cumprir com seus compromissos, o BC detém as contas mais importantes do governo e possui o depositório das reservas internacionais do país. Todas as instituições financeiras atuantes no mercado devem possuir contas no BC, essas contas são supervisionadas para que sempre as transações ocorram com fluidez e nunca fechem o dia com saldo negativo, por fim o BACEN gerencia a emissão de dinheiro, garantindo para toda população o fornecimento de dinheiro em espécie (BACEN, 2020a).



Lopes e Rosseti (2015), definem que se tratando das instituições operadoras, tem-se dois principais grupos, os bancos e caixas econômicas e as cooperativas de crédito, que serão tratadas especificamente no próximo tópico.

No grupo dos bancos e caixas econômicas estão presentes a maior parte da movimentação do SFN, sendo que neste grupo estão listados: bancos de investimento, bancos comerciais, caixa econômicas, bancos de desenvolvimento e bancos múltiplos.

Os bancos de investimento foram criados em meados dos anos 1964 e 1965, são especializados em operações de participação societária de caráter temporário, financiamento da atividade produtiva para o suprimento de capital fixo e de giro e administração de recursos de terceiros. Estes bancos captam seus recursos na maioria das vezes por depósitos a prazo e venda de cotas de fundos de investimentos, que são administrados por eles. Esse tipo de banco sempre deve ser constituído sob forma de sociedade anônima (BACEN, 2020b).

Para tornar possível o cumprimento de seus objetivos, os bancos de investimentos podem apoiar algumas iniciativas, como por exemplo: fortalecer o capital social das empresas, ampliar a capacidade produtiva da economia, promover o aperfeiçoamento gerencial, promover a incorporação e o desenvolvimento de tecnologia de produção, entre outras que visam sempre a melhoria contínua do processo (LOPES; ROSSETI, 2015).

Os bancos comerciais contam com a principal fonte de operações de crédito no país. O principal objetivo desse tipo de banco é atender as demandas de empréstimos e financiamentos de curto e médio prazo que são realizados no comércio, indústria, empresas prestadoras de serviços e pessoas físicas. Os bancos comerciais também são responsáveis por oferecerem todos os serviços conhecidos e utilizados, por pessoas físicas e pessoas jurídicas, pode-se citar como principais produtos: contas correntes, cheques, cobrança de títulos de crédito, execução de ordem de pagamento, arrecadação de taxas, impostos e contribuições previdenciárias, serviços de câmbio, entre outros serviços (BACEN, 2020b).

Os bancos comerciais possuem como forma de captação de recursos: depósitos a prazo, depósitos de poupança, empréstimos internos e externos e depósitos interfinanceiros (BACEN, 2020b).

As caixas econômicas são uma das instituições financeiras mais antigas atuantes no mercado, criadas em meados do século XIX. No atual momento existe apenas a Caixa Econômica Federal (CEF) em atividade. Esse tipo de instituição é muito semelhante ao banco comercial, oferece todos produtos e serviços que o banco comercial, a diferença está na prioridade da concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos de áreas como assistência social, trabalho, educação, saúde, transportes e esportes, também colabora com a política de habitação popular. A CEF conta com uma fonte muito importante de recursos, que outros bancos não possuem, que é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que é destinando a financiamentos habitacionais, obras de saneamento e infraestrutura urbana (BACEN, 2020b).

Os bancos de desenvolvimento têm como principal objetivo o desenvolvimento econômico e social do país, surgiram no Brasil antes das famosas reformas de 1964 e 1965. O principal banco de desenvolvimento na atualidade é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em 1950, teve algumas alterações em 1983. O BNDES desempenha um papel muito importante



no SFN, impulsiona o desenvolvimento econômico, fortalece o setor empresarial, promove o desenvolvimento integrado das atividades agrícolas, industriais, aumenta a exportação e fortalece o sistema nacional de bancos de desenvolvimento.

Os bancos de desenvolvimento assim como os de investimentos não estão autorizados a trabalharem com depósito à vista, sendo assim possuem como principais fontes de recursos, depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros, empréstimos externos, operações de crédito e contribuições para setor público e também cédulas de debêntures (BACEN, 2020b).

Os bancos múltiplos, foram criados através da Resolução CMN nº 1.524 de 21 de setembro de 1988, estes bancos oferecem uma grande gama de serviços e operam em mais de um tipo de carteira de crédito, como nas seguintes carteiras: investimento, desenvolvimento, comercial, crédito imobiliário, arrendamento mercantil, financiamentos. Para que eles possam operar, precisam operar em no mínimo duas dessas carteiras de créditos citadas, sendo que uma tem que ser obrigatoriamente comercial ou investimento. Os bancos múltiplos assim como os bancos comerciais e a CEF estão autorizados a trabalhar com depósitos à vista (BACEN, 2020b).

2.2 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Para Menezes (2005), o cooperativismo conhecido atualmente foi criado no século XIX, o seu início foi marcado pela grande demanda de trabalhadores, que vinham do campo para as cidades, submetendo assim essas pessoas a condições precárias de trabalho e para amenizar essa situação, grupos de trabalhadores começaram a se reunir buscando melhores direitos.

Segundo Cristofolini (2014), o cooperativismo teve início em Manchester (Inglaterra), no dia 21 de dezembro de 1844, a primeira sociedade cooperativa era composta por cerca de 27 tecelões e uma tecelã, tendo como nome Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, após sua fundação, ela foi se espalhando de forma gradativa pelos estados da Europa.

Os princípios criados pela cooperativa de Rochdale, no decorrer dos anos, foram estudados, alterados e aperfeiçoados, e passaram a influenciar basicamente todas as sociedades cooperativas que vinham surgindo por todo o mundo. O cooperativismo viu seu crescimento se acentuar após a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) no ano de 1895, que atua até os dias de hoje (CRISTOFOLINI, 2014).

A Aliança Cooperativa Internacional, foi responsável por diversas alterações nos princípios cooperativos criados pela Rochdale, essas alterações foram de suma importância para a alavancagem do cooperativismo em todo mundo (CRISTOFOLINI, 2014).

No Brasil o cooperativismo teve seu início oficialmente declarado no ano de 1847, com a chegada de imigrantes franceses, os que mais influenciaram para o cooperativismo no Brasil, foram Benoit Julis de Mure que fundou a colônia de produção e consumo, no atual município de Garuva, no estado de Santa Catarina e também pelo francês Jean Maurice Faivre, que fundou uma colônia em Santa Tereza Cristina, no estado do Paraná, esta última não obteve sucesso, mas foi de muita importância para a ideia do cooperativismo no Brasil (ETGETON, 2006).



Meinen e Port (2014) informam que no Brasil a primeira cooperativa de crédito surgiu no ano de 1902, fundada por um grupo de agricultores alemães, localizada em Vila Império, atualmente conhecida por Nova Petrópolis no estado do Rio Grande do Sul, sendo está também a mais antiga e que segue atuando no Brasil, conhecida atualmente por Sicredi Pioneira RS.

As cooperativas de crédito são instituições financeiras desde a Lei nº 4.595/64, que as regulamentou, e são fiscalizadas pelo BACEN. Desde então surgiram novas legislações, sendo as principais: a Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das cooperativas entre outros assuntos; a Lei complementar nº 130/09 de 17 de abril de 2009 que trata do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e altera alguns dispositivos das Leis 4.595 e 5.764.; e por fim pode-se citar a resolução do CMN nº 4.434 de 5 de agosto de 2015 que trata de atos para funcionamento e regulamentação das cooperativas de crédito (BRASIL, 1964; BRASIL, 1971; BRASIL, 2009; CMN 2015).

O art. 4º da Lei 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo no Brasil, considera cooperativas como:

[...] sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I – Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II – Variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III – limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV – Incessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V – Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI – Quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII – retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII – indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX – Neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X – Prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI – área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (BRASIL, 1971).

O BACEN define as cooperativas de crédito pela seguinte afirmação:

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Os cooperados são ao mesmo tempo donos e usuários da cooperativa, participando de sua gestão e usufruindo de seus produtos e serviços. Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta corrente, aplicações



financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Os associados têm poder igual de voto independentemente da sua cota de participação no capital social da cooperativa. O cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e a adesão é livre e voluntária.

Por meio da cooperativa de crédito, o cidadão tem a oportunidade de obter atendimento personalizado para suas necessidades. O resultado positivo da cooperativa é conhecido como sobra e é repartido entre os cooperados em proporção com as operações que cada associado realiza com a cooperativa. Assim, os ganhos voltam para a comunidade dos cooperados.

No entanto, assim como partilha das sobras, o cooperado está sujeito a participar do rateio de eventuais perdas, em ambos os casos na proporção dos serviços usufruídos (BACEN, 2020c).

Com as descrições mencionadas é possível perceber que as cooperativas de crédito possuem basicamente os mesmos serviços que os oferecidos por um banco comercial, esse é um dos fatos que vêm fazendo o termo cooperativa de crédito ganhar muita força nos últimos anos (MEINEN; PORT, 2014).

No Brasil o cooperativismo de crédito é organizado em instituições de primeiro, segundo e terceiro nível. O primeiro nível é formado por cooperativas singulares, que se constituem com no mínimo 20 pessoas físicas e que tem como função principal a de prestar serviços diretamente a seus associados. No segundo nível encontram-se as cooperativas centrais e as federações, estas são constituídas por no mínimo três cooperativas singulares, tem como principal objetivo o de organizar em maior escala os serviços econômicos que são de interesse mútuo das filiadas, sempre orientando todo o processo e facilitando a utilização dos serviços.

No terceiro e último nível estão as confederações de cooperativas, que são constituídas por no mínimo três cooperativas centrais ou federações, têm objetivo de organizar toda a atividade cooperativa das filiadas e também auxiliar em casos em que as cooperativas centrais ou federações não obtiveram êxito. No sistema cooperativo também se encontram os bancos cooperativos de crédito, que não atuam diretamente com os associados, apenas são utilizados pelas cooperativas de crédito para facilitar o acesso ao mercado financeiro, conseguindo assim ampliar a gama de serviços prestados aos associados (PINHEIRO, 2008).

A partir da união de cooperativas de créditos, foi criado o sistema de crédito cooperativo, no Brasil o segmento é formado por cinco grandes blocos, sendo eles: Sicredi, Sicoob, Unicred, Cooperativas de Crédito Independentes e Cooperativas de Crédito de Economia Solidária (OCB, 2007).

Com o crescimento da rede de atendimento das cooperativas de crédito, muitas pessoas, até mesmo algumas que utilizam-se dos serviços, não sabem a diferença entre as cooperativas de crédito e os bancos comerciais. Um dos principais pontos que as diferem é na forma de participação dos indivíduos em cada instituição e o interesse delas, nos bancos por exemplo, a administração é feita por sócios que têm o peso de sua opinião delegado pelo montante de capital que este determinado sócio possui, já nas cooperativas de crédito, todos os associados têm o direito de um voto nas assembleias sobre assuntos da administração, independentemente da quantia de capital que esse associado possui na cooperativa. Outro ponto que diferencia as cooperativas de crédito dos bancos comerciais é em relação ao resultado financeiro obtido pela instituição, nos bancos o lucro é dividido entre os sócios conforme suas participações societárias e geralmente são poucas pessoas, já nas cooperativas de crédito o lucro (sobra) é distribuído entre todos os associados, na

proporção das operações individuais realizadas por ele no ano (MEINEN; PORT, 2014).

2.2.1 Conceitos e definições cooperativistas

Na contabilidade cooperativista muitas siglas e termos parecem ser novos, mais que possuem significados muito conhecidos no meio contábil, o Quadro 01 traz os principais termos utilizados e seus devidos conceitos e definições.

Quadro 01 – Conceito de termos cooperativistas

Termos	Conceito/definição
Ingresso	É o aumento nos benefícios econômicos registrados durante um determinado período, também denominado de entradas de recursos, aumentos de ativos ou diminuição de passivos, ligado ao ato cooperativo.
Dispêndio	É o gasto originado do ato cooperativo. É o decréscimo nos benefícios econômicos registrados durante um determinado período, também denominados de saídas de recursos, redução de ativos ou aumentos de passivos.
Receitas	São os aumentos de benefícios econômicos registrados durante um determinado período, também denominadas de entradas de recursos, aumentos de ativos ou diminuição de passivos, decorrentes de atos não cooperativos.
Despesas	São os decréscimos nos benefícios econômicos registrados durante um determinado período, também denominadas de saídas de recursos, redução de ativos ou aumentos de passivos, decorrentes de atos não cooperativos.
Ato Cooperativo	É aquele de interesse econômico do cooperado conforme definido em legislação própria.
Transações	São todos os ingressos e receitas, repasse aos associados, dispêndios, custos e despesas.

Fonte: Adaptado pelo autor de NBC ITG (2004) e CRCRS (2018).

Com a apresentação do Quadro 01 é possível analisar os dados apresentados no tópico 4 deste artigo de forma mais clara e objetiva, compreendendo assim todos os conceitos existentes.

2.3 CONTABILIDADE DE CUSTOS

Segundo Martins (2010), a contabilidade de gastos surgiu na Revolução Industrial, no século XVIII, devido à exigência de maiores informações, do que as que vinham sendo fornecidas pela contabilidade até então.

A mensuração dos custos tem como principal desafio a separação e a diferenciação entre o montante de despesas e custos, pois, à primeira vista tudo se enquadra como despesa. Para Zanette, Alberton e Nascimento (2008), essa confusão é ainda maior quando a terminologia de custos é aplicada em entidades não industriais, como as cooperativas de crédito, um dos principais motivos que levam a essa confusão são as padronizações que o BACEN impõe, estas que admitem apenas lançamentos em contas de despesa.

Martins (2010), afirma que essa alocação dos custos que a entidade financeira possui em contas de despesa, está correta, pois é a terminologia apropriada, uma vez que a razão dos ocorridos é exatamente a mesma.



2.3.1 Terminologia e classificação de gastos

As terminologias e as classificações referentes a essa parte da contabilidade são fundamentais para o correto entendimento do assunto, pois, muitas vezes essas terminologias são utilizadas de forma incorreta, ocorrendo assim o erro de interpretação do leitor. A contabilidade de custos é basicamente dividida em seis diferentes terminologias, conforme Martins (2010) são as seguintes:

- a) **Gasto**: compra de um produto ou serviço, gerando assim um sacrifício financeiro (desembolso) para a entidade;
- b) **Desembolso**: é o ato do pagamento de algum bem ou serviço que foi adquirido, o desembolso pode ocorrer antes, durante ou depois da chegada do bem ou serviço;
- c) **Investimento**: Sacrifício financeiro pela aquisição de bem ou serviço que tem como função gerar um retorno, de curto, médio ou longo prazo para a entidade;
- d) **Custo**: Gasto necessário para produção de bens ou serviços, ocorre em sua totalidade nas indústrias;
- e) **Despesa**: Bem ou serviço que é consumido diretamente ou indiretamente para obtenção de receitas, ocorre por exemplo na parte administrativa da empresa, por exemplo, despesa com materiais de expediente;
- f) **Perda**: Bem ou serviço que é consumido de forma anormal ou involuntária pela entidade;

Além das terminologias destacadas acima, a contabilidade de custos tem uma classificação que ocorre diretamente pela identificação dos produtos e pelo volume produzido. Quanto a sua identificação os custos são divididos em diretos e indiretos e quanto ao volume produzido são divididos em variáveis e fixos (CREPALDI, 2006).

2.3.2 Critérios de rateio para apropriação dos custos e despesas

Em relação aos critérios que são utilizados para fazer o rateio de custos e despesas, Crepaldi (2006) define o rateio como um artifício que é utilizado para fazer a separação dos custos e despesas de uma determinada entidade. O rateio permite uma visão quase cirúrgica dos dados da entidade, possibilitando assim análises mais elaboradas, com maior exatidão nas informações, o que proporciona melhor gestão dos custos e despesas da entidade, além de dividir justamente os valores com cada setor ou filial.

Todo rateio se inicia com a divisão dos valores a serem rateados pela base total escolhida, com esse primeiro passo se obtém o coeficiente de rateio, são vários os tipos de base utilizadas para rateio, como por exemplo: volume de serviços prestados, horas de mão de obra, custo da mão de obra, número de funcionários, número de associados nos casos das cooperativas de crédito, valor em depósitos, entre outros, que dependem do tipo de entidade que está realizando o rateio (DUBOIS; KULPA; SOUZA, 2006).

Para Martins (2010), o correto é criar departamentos para separar as áreas de acordo com cada atividade desenvolvida, para que assim seja possível apurar o custo de tal atividade considerando o custo total daquele determinado departamento administrativo.



2.4 DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

A Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP), utilizada por cooperativas de crédito, é uma demonstração contábil que possui a mesma finalidade que a conhecida Demonstração do Resultado (DR), com algumas alterações de nomenclaturas e itens, nela as receitas e despesas decorrentes de ato cooperativos são denominadas como ingressos e dispêndios. No caso de a cooperativa realizar alguma atividade que não seja de ato cooperado, estes valores devem ser apresentados como receitas, custos e despesas (CRCRS, 2018).

As sobras ou perdas são nomenclaturas utilizadas após a finalização do exercício, ao invés do conhecido lucro ou prejuízo, isso ocorre devido às sobras (lucro) serem destinadas diretamente aos seus associados, retornando assim o valor que foi investido por eles, essa distribuição sempre ocorre conforme a utilização dos serviços do associado. As perdas (prejuízo) assim como as sobras são destinadas aos associados da cooperativa, mas primeiro são absorvidas pela reserva legal, destinada a isso, caso o valor destinado não seja suficiente o valor das perdas é rateado com os associados, também de acordo com sua movimentação de serviços (ARAÚJO; SILVA, 2011).

A DSP feita pelas cooperativas deve sempre seguir a legislação pertinente, nesse caso a norma a ser seguida é a NBC ITG 2004 de 24 de novembro de 2017 e a NBC TG 26 (CFC, 2011; CFC, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção aborda-se o enquadramento metodológico do presente estudo, e os procedimentos utilizados para coleta e análise dos dados analisados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto a abordagem do problema essa pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois segundo Richardson (1999) a pesquisa qualitativa procura investigar cientificamente, tendo como direção o caráter individual do objeto estudado, fazendo com que facilite a definição de hipótese independente de sua complexidade.

Quanto aos objetivos a pesquisa se caracteriza como pesquisa descritiva, pois, para Gil (1999) as pesquisas descritivas tem como principal finalidade descrever as características de determinada população e também estabelecer possíveis relações existentes entre variáveis.

Quanto aos procedimentos que foram utilizados para realização da pesquisa, podem ser classificados como pesquisa documental e bibliográfica. Martins (2003), diz que a pesquisa bibliográfica tem a finalidade de analisar todas as teorias já existentes sobre o tema de estudo, materiais que já se tornaram público, como jornais, revistas, livros e monografias, entre outras opções. Sobre a pesquisa documental, Silva e Grigolo (2002), informam que são materiais que ainda não receberam uma análise mais detalhada sobre o assunto.

Técnicas de pesquisa que foram utilizadas no estudo, apenas dados documentais. Com utilização do Demonstrativo de Sobras ou Perdas, relatório de



apuração por agências, entre outros demonstrativos contábeis, da cooperativa referente ao ano de 2020.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Como o objetivo desse estudo é de demonstrar o critério de rateio das transações da Unidade Administrativa para as 25 agências de uma cooperativa de crédito, no ano de 2020, foram utilizados os dados coletados diretamente com a cooperativa objeto de estudo, em forma de relatórios, como Notas Explicativas, Demonstração de Sobras ou perdas, entre outras demonstrações.

Após a coleta desses dados, eles foram planilhados no Microsoft Excel®, para assim dar início a análise e formatação dos dados, assim como define o objetivo do presente estudo. Os dados coletados estão separados por agência e por meses, para conseguir atingir totalmente o objetivo do presente estudo, foi necessário unificar os dados, consolidando todos os meses em um só, e também juntando todas as agências, para que fosse possível observar de modo geral como estava a alocação do rateio, por ano e também como seria o processo para chegar no valor total rateado. O rateio já estava segregado por agência e por meses, após a junção de todos os valores, conseguiu-se chegar na base total rateada para todas as agências.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são abordados todos os assuntos referentes ao estudo de caso efetuado no artigo, separando-os por tópicos são: caracterização da cooperativa, relatório anual consolidado das agências, critérios de rateio da UAD para as agências e pôr fim a Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP) do exercício de 2020.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA

A cooperativa de crédito de livre admissão de associados sul catarinense – SICOOB Credisulca, com sede em Turvo, Santa Catarina, foi fundada em 23 de setembro de 1989 a cooperativa de crédito SICOOB Credisulca teve como principal motivo de criação a falta de apoio e um atendimento de má qualidade dos bancos que existiam na região naquela época, os pequenos produtores rurais da tinham uma imensa dificuldade na obtenção de crédito, com isso o presidente fundador, que ainda atua como presidente na cooperativa, reuniu um grupo formado por 20 pessoas e realizou a assembleia de constituição da cooperativa, sendo autorizada pelo Banco Central do Brasil para sua abertura e funcionamento. O sonho foi crescendo e em 1994 inaugurou sua própria sede e agência. A segunda agência foi aberta em 1998, em São João do Sul, seguindo com a abertura de novas agências, atingindo atualmente um número de 24 agências físicas e uma agência digital, desenvolvido para associações feitas diretamente pelo aplicativo do SICOOB.

No final do ano de 2020 a cooperativa contava com um número total de 38.369 associados, entre pessoas físicas e jurídicas, na Figura 02, segue a distribuição das agências do SICOOB Credisulca:

[illegible]


Atualmente a cooperativa conta com 4 agências no estado do Rio Grande do Sul, sendo elas: Torres, Osório, Santo Antônio da Patrulha e inaugurada recentemente uma agência em Tramandaí. No estado de Santa Catarina estão situadas o restante das agências. Na Figura 02, pode ser visto que existe a marcação das agências já abertas, e cidades com abrangência do SICOOB Credisulca, essas com abrangência são as cidades que estão disponíveis para abertura de novas agências por parte da Credisulca, pois, o sistema SICOOB possui diversas cooperativas, que possuem áreas demarcadas onde podem estar presentes.

13

4.2 RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS

No relatório de Apuração de Resultado referente ao ano exercício de 2020, apresentado na Tabela 01, estão descritos todos os dados financeiros utilizados para construção da Demonstração de Sobras ou Perdas da cooperativa. Todos os valores apresentados são referentes as 24 agências e também a agência digital, constando ingressos/receitas, dispêndios/despesas, outras receitas e despesas, rateio da unidade administrativa.

Tabela 01 – Relatório anual consolidado das agências

 Relatório de Apuração de Resultado de todas as Agências					
Nota 1					
ORIGEM DE RECURSOS (A)		Dispêndios	APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)		Ingressos
TOTAL	1.038.648.713	(14.814.010)	TOTAL	1.038.648.713	53.283.676
(=) MARGEM FINANCEIRA DOS PAS (B) + (A) (RESULTADO BRUTO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS)					38.469.666
(-/+) Provisão/Reversão de CL/Garantias Prestadas		(4.029.209)	(+) Recuperação do Prejuízo		1.244.545
(=) RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA DOS PAS (RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS COM PROVISÕES)					35.685.002
(+) Outras Receitas Operacionais		28.634.793	(-) Outras Despesas Operacionais		(3.196.633)
(+) Rendas de Serviços		25.679.141	(-) Custos de Serviços Bancários		(8.205)
(+) Cartões		2.831.791	(-) Despesas com Cartões		(827.843)
(+) Seguros Nota 2		0	(-) Rateio da Central Nota 2		(89.703)
(+) SIPAG		1.723.141	(-) Depreciação/Amortização		(1.005.231)
(+) Tarifas C/C		12.193.867	(-) Contribuição para fundos Garantidores		(216.200)
(+) Rendas Cobrança Bancária		4.805.154	(-) Despesas Tributos Federais		(315.675)
(+) Consórcio		0	(-) Despesas de Juros ao Capital		0
(+) Poupança		562.837	(-) Outras		(733.423)
(+) Sicoob Previ		127.243			
(+) Consignado Bancoob		573.328			
(+) Outras rendas de Serviços		2.861.781			
(+) Outras Rendas		2.955.652			
(=) MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO DOS PAS (RESULTADO ANTES DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS)					61.123.163
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO PA		(19.315.344)	(-) Processamento de Dados		(15.934)
(-) Água e Energia		(372.364)	(-) Promoções, Rel. Públicas, Pub. e Publicações		(495.494)
(-) Aluguéis e Arrendamentos Nota 3		(1.658.290)	(-) Serviços de Terceiros		(1.061.120)
(-) Comunicações		(335.241)	(-) Vigilância e Segurança		(1.276.618)
(-) Honorários de Com. Fiscal, Adm. e Diretoria		0	(-) Transportes e Viagens Nota 3		(1.173.108)
(-) Despesa de Pessoal		(11.427.586)	(-) Outras Administrativas		(760.463)
(-) Manutenção e Conservação		(708.488)	(-) Despesas não Operacionais		(379.030)
(-) Materiais		(30.636)	(+) Receitas não Operacionais		171.474
(=) RESULTADO DIRETO ANTES DO RATEIO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA					41.600.263
(-/+) Resultado PCLD -UAD Nota 4		3.345	(-) Despesas Administrativas - UAD		(11.238.779)
(-/+) Rendas de Serv/Outras Rendas Oper/Custos Serv Bancários - UAD		162.518	(-) Despesas de Juros ao Capital - UAD Nota 4		0
(-) Rateio Central/Desp Tributos Fed/Outras Oper/Honorários de Cons Fiscal, Adm e Dir - UAD		(6.322.246)	(-) Contribuição para Fundos Garantidores - UAD		(871.853)
(-) Despesas Depreciação/Amortização - UAD		(534.026)	(-/+) Rateio da Margem Financeira da UAD		2.779.360
(-/+) VALOR TOTAL RATEADO DA UAD NOS PAS					(16.021.681)
RESULTADO DO 1º SEMESTRE	RESULTADO DO 2º SEMESTRE		RESULTADO ACUMULADO DO EXERCÍCIO	(=) RESULTADO FINAL APÓS O RATEIO	
12.574.972	13.003.611		25.578.582	25.578.582	

Fonte: Adaptado pelo autor da SICOOB Credisulca (2021).

Todos esses valores são emitidos em relatórios mensais e separados por agência, foi feito um trabalho de consolidação dos valores, por meio de planilhas em



Microsoft Excel®, formando assim apenas um relatório de apuração de resultado, dos doze meses de 2020, das 25 agências.

Com relação à **origem** e à **aplicação de recursos** da agência, na **Nota 1** da Tabela 01, estão presentes vários dados cruciais para o funcionamento da cooperativa, na **origem de recursos** estão presentes recursos de depósitos à vista e depósitos a prazo, repasses e empréstimos, recursos transitórios, provisão de tributos federais, coobrigações, o capital social da cooperativa e sobras/perdas do exercício atual.

Referente a **aplicação dos recursos**, estão presentes recursos de operações de crédito, como adiantamento a depositante, empréstimos totais, títulos descontados, financiamentos, operações renegociadas, financiamentos rurais, provisão para operação de crédito, imobilizado e intangível da cooperativa. Com a origem dos recursos surgem os **dispêndios** dessa intermediação financeira, que é apresentado também na **Nota 1** e junto com a aplicação dos recursos surgem os **ingressos** dessas intermediações financeiras.

O resultado das intermediações financeiras realizadas pela cooperativa se encontra na **Nota 2**, contendo as outras receitas operacionais e outras despesas operacionais. Os valores presentes nesta nota são necessários para o atendimento aos associados da cooperativa. A obtenção desses dados ocorre diretamente dos relatórios emitidos pela contabilidade de cada agência.

No que tange as despesas administrativas das agências, os valores estão presentes na **Nota 3**, onde constam apenas as despesas administrativas das agências, não incluindo as despesas administrativas da sede, visto que essa é detalhada na **Nota 4**.

Na **Nota 4**, estão presentes os dados referentes ao rateio dos valores utilizados pela Unidade Administrativa, por todas as agências, sendo que para esse rateio existem critérios específicos que serão abordados no Quadro 02.

A UAD é onde ocorrem todos os processos administrativos da cooperativa, a UAD também é conhecida como Sede Administrativa, nela estão presentes diversos setores que realizam procedimentos necessários para regulamentação de todos os processos. Existem onze setores, que são os seguintes: Setor de Crédito, Cadastro, Gestão de Pessoas, Seguros, Marketing, Negócios, Cobrança, Tecnologia da Informação, Compensação, Jurídico e Contabilidade, na UAD também estão situadas as salas dos diretores administrativos e também do presidente da cooperativa, e é na Sede que ocorrem as reuniões mensais do conselho fiscal e do conselho administrativo da cooperativa.

4.3 CRITÉRIOS DE RATEIO DA UAD PARA AS AGÊNCIAS

A UAD é responsável pela administração das tomadas de decisão da alta administração da cooperativa, também é responsável pelos gastos indiretos ou fixos da unidade, por isso é necessária a separação desses valores dos demais gastos/receitas da cooperativa. O valor total das transações da UAD rateadas pelas 25 agências do SICOOB Credisulca no ano de 2020 foi de R\$ 16.021.681,00. Todas essas transações são divididas em 8 grupos, para melhor entendimento e separação correta dos valores, conforme mostra o Quadro 02.

Quadro 02 – Critérios de rateio da UAD


Grupo	Descrição	Valor total rateado com as agências	Critério de Rateio
1	(-/+) Resultado Provisão para Crédito Liquidação duvidosa (PCLD) da UAD.	3.345	Constituição de PCLD (-) e Reversão de PCLD (+), neste grupo 100% do valor é com base no volume de operações de crédito da agência.
2	(-/+) Rendas de Serviços, outras rendas Operacionais, Custos de serviços bancários – UAD.	162.518	Rendas de serviços, outras rendas operacionais e custos de serviços bancários, nesse grupo 20% do valor é com base na quantidade de associados da agência e 80% é com base na quantidade de transações efetuadas pela agência.
3	(-) Rateio da Central, Despesas com Tributos Federais, Outras Operacionais. Honorários de Conselho Fiscal, Administrativo e Diretoria – UAD	(6.322.246)	Rateio da central, despesas tributos federais, outras despesas operacionais, honorários do conselho fiscal, conselho da administração e da diretoria, neste grupo 15% do valor é referente a quantidade de associados, 15% referente a quantidade de transações, 50% referente ao volume de operações de crédito e 20% referente ao volume de depósitos totais.
4	(-) Despesas Depreciação/Amortização – UAD	(534.026)	Depreciação/Amortização, neste grupo o valor é rateado com base em 100% do volume do ativo permanente total da agência.
5	(-) Despesas Administrativas – UAD	(11.238.779)	Despesas administrativas em geral, comunicações, despesa de pessoal, materiais, vigilância e segurança, viagens, receita e despesas não operacionais, neste grupo o valor é rateado com base em 20% da quantidade de associados, 60% com base na quantidade de transações, 10% no volume de operações de crédito e 10% no volume de depósitos totais.
6	(-) Despesas de Juros ao Capital – UAD	0	Despesa de Juros ao Capital, neste grupo o valor é rateado em 100% do volume do capital social daquela determinada agência.
7	(-) Contribuição para Fundos Garantidores – UAD	(871.853)	Contribuição para fundos garantidores, 100% com base no volume de depósitos totais.
8	(-/+) Rateio da Margem Financeira da UAD	2.779.360	Rateio da margem financeira da UAD, que é com base em 80% do volume de operações de crédito e 20% no volume de depósitos totais.
Total		(16.021.681)	

Fonte: Adaptado pelo autor da SICOOB Credisulca (2021).

O rateio da unidade administrativa ocorre conforme manual regulamentado pelo sistema SICOOB, seguindo assim um padrão, para utilização de todas as cooperativas do sistema.

O relatório de apuração de resultado de uma agência, valor acumulado do ano de 2020, apresentado na Tabela 02, pode-se observar no destaque em vermelho a alocação dos valores referente ao rateio de despesas da UAD, conforme critérios informados no Quadro 02.

Tabela 02 – Relatório de apuração de resultado de uma agência

 Relatório de Apuração de Resultado de uma Agência					
ORIGEM DE RECURSOS (A)			Dispêndios	APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	
TOTAL	197.644.500		(3.028.750)	TOTAL	197.644.500
(=) MARGEM FINANCEIRA DO PA (B) + (A) (RESULTADO BRUTO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS)					7.714.543
(-/+) Provisão/Reversão de CL/Garantias Prestadas			(523.501)	(+ Recuperação do Prejuízo	
(=) RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA DO PA (RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS COM PROVISÕES)					4.685.793
(+) Outras Receitas Operacionais	3.928.435			(-) Outras Despesas Operacionais	(574.263)
(+) Rendas de Serviços	3.210.762			(-) Custos de Serviços Bancários	(1.021)
(+) Cartões	262.666			(-) Despesas com Cartões	(147.136)
(+) Seguros	0			(-) Rateio da Central	(21.323)
(+) SIPAG	262.287			(-) Depreciação/Amortização	(140.933)
(+) Tarifas C/C	1.545.528			(-) Contribuição para fundos Garantidores	(39.305)
(+) Rendas Cobrança Bancária	415.739			(-) Despesas Tributos Federais	(46.664)
(+) Consórcio	0			(-) Despesas de Juros ao Capital	0
(+) Poupança	59.801			(-) Outras	(177.882)
(+) Sicoob Previ	29.450				
(+) Consignado Bancoob	34.567				
(+) Outras rendas de Serviços	600.724				
(+) Outras Rendas	717.673				
(=) MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO DO PA (RESULTADO ANTES DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS)					7.597.011
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO PA	(1.397.677)			(-) Processamento de Dados	(1.754)
(-) Água e Energia	(24.109)			(-) Promoções, Rel. Públicas, Pub. e Publicações	(17.182)
(-) Aluguéis e Arrendamentos	(29.642)			(-) Serviços de Terceiros	(73.338)
(-) Comunicações	(15.181)			(-) Vigilância e Segurança	(83.710)
(-) Honorários de Com. Fiscal, Adm. e Diretoria	0			(-) Transportes e Viagens	(25.549)
(-) Despesa de Pessoal	(1.058.951)			(-) Outras Administrativas	(16.451)
(-) Manutenção e Conservação	(51.422)			(-) Despesas não Operacionais	(14.182)
(-) Materiais	(390)			(+) Receitas não Operacionais	19.661
(=) RESULTADO DIRETO ANTES DO RATEIO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA					6.204.812
(-/+) Resultado PCLD - UAD	722			(-) Despesas Administrativas - UAD	(1.368.205)
(-/+) Rendas de Serv/Outras Rendas Oper/Custos Serv Bancários - UAD	17.140			(-) Despesas de Juros ao Capital - UAD	0
(-) Rateio Central/Desp Tributos Fed/Outras Oper/Honorários de Cons Fiscal, Adm e Dir - UAD	(1.029.315)			(-) Contribuição para Fundos Garantidores - UAD	(155.061)
(-) Despesas Depreciação/Amortização - UAD	(164.184)			(-/+) Rateio da Margem Financeira da UAD	524.593
(-/+) VALOR TOTAL RATEADO DA UAD NO PA					(2.174.310)
RESULTADO DO 1º SEMESTRE	RESULTADO DO 2º SEMESTRE	RESULTADO ACUMULADO DO EXERCÍCIO	(=) RESULTADO FINAL APÓS O RATEIO		
1.600.665	2.429.837	4.030.502	4.030.502		

Fonte: Adaptado pelo autor da SICOOB Credisulca (2021).

Com a apresentação dos relatórios, nas Tabelas 01 e 02, e dos critérios no Quadro 02, foi possível observar como são realizados os critérios de rateio das transações no sistema SICOOB e como esses valores estão alocados nos relatórios de resultado.

Por meio dos Quadros 02 e 03, os valores das transações dos grupos 3 e 5 foram desmembrados do valor total, apresentado na Tabela 01, para que seja possível verificar os valores de cada agência. O procedimento foi feito com apenas dois grupos pois, são os que possuem valor mais considerável em relação ao valor total.

Para ficar mais claro, foram desmembrados os valores do grupo 3, cujo valor total rateado entre as 25 agências foi de R\$ 6.322.246,00, de acordo aos critérios apresentados no Quadro 02.

Quadro 03 – Rateio das transações do grupo 3

GRUPO 3	CRITÉRIO DE RATEIO	AGÊNCIAS	VALOR ANUAL
(-) Rateio da Central, Despesas com Tributos Federais, Outras Operacionais. Honorários de Conselho Fiscal, Administrativo e Diretoria – UAD	Rateio da central, despesas tributos federais, outras despesas operacionais, honorários do conselho fiscal, conselho da administração e da diretoria: 15% do valor é referente a quantidade de associados; 5% referente a quantidade de transações; 50% referente ao volume de operações de crédito e 20% referente ao volume de depósitos totais. Obs. O rateio é realizado mensalmente, observando os critérios do Grupo.	0	-R\$ 1.029.315,00
		2	-R\$ 265.411,00
		3	-R\$ 222.942,00
		4	-R\$ 335.989,00
		5	-R\$ 467.005,00
		6	-R\$ 868.799,00
		7	-R\$ 141.606,00
		8	-R\$ 496.081,00
		9	-R\$ 190.121,00
		10	-R\$ 178.864,00
		11	-R\$ 260.193,00
		12	-R\$ 264.249,00
		13	-R\$ 366.260,00
		14	-R\$ 167.294,00
		15	-R\$ 145.519,00
		16	-R\$ 188.646,00
		17	-R\$ 172.887,00
		18	-R\$ 180.414,00
		19	-R\$ 115.291,00
		20	-R\$ 145.520,00
		21	-R\$ 66.722,00
		22	-R\$ 44.551,00
		23	-R\$ 2.992,00
		24	-R\$ 135,00
		25	-R\$ 5.440,00
-R\$ 6.322.246,00	R\$ 6.322.246,00		
VALOR TOTAL		-R\$	6.322.246,00

Fonte: Elaborado pelo autor da SICOOB Credisulca (2021).

Na sequência foi realizado a segregação do grupo 5, cujo valor total rateado entre as 25 agências foi de R\$ 11.238.779,00, e também de acordo com os critérios existentes cada agência recebeu uma parcela do rateio deste valor, conforme mostra o Quadro 04.

Quadro 04 – Rateio das transações do grupo 5

GRUPO 5	CRITÉRIO DE RATEIO	AGÊNCIAS	VALOR ANUAL
(-) Despesas Administrativas – UAD	Despesas administrativas em geral, comunicações, despesa de pessoal, materiais, vigilância e segurança, viagens, receita e despesas não operacionais: 20% da quantidade de associados; 60% com base na quantidade de transações; 10% no volume de operações de crédito e 10% no volume de depósitos totais. Obs. O rateio é realizado mensalmente, observando os critérios do Grupo.	0	-R\$ 1.368.205,00
		2	-R\$ 477.105,00
		3	-R\$ 438.990,00
		4	-R\$ 441.688,00
		5	-R\$ 744.560,00
		6	-R\$ 1.440.924,00
		7	-R\$ 356.461,00
		8	-R\$ 784.924,00
		9	-R\$ 351.726,00
		10	-R\$ 473.881,00
		11	-R\$ 513.153,00
		12	-R\$ 576.668,00
		13	-R\$ 776.075,00
		14	-R\$ 347.289,00
		15	-R\$ 357.137,00
		16	-R\$ 425.416,00
		17	-R\$ 335.443,00
		18	-R\$ 390.971,00
		19	-R\$ 166.544,00
		20	-R\$ 234.059,00
		21	-R\$ 147.443,00
		22	-R\$ 63.893,00
		23	-R\$ 5.830,00
		24	-R\$ 495,00
		25	-R\$ 19.899,00
-R\$ 11.238.779,00	R\$ 11.238.779,00		
VALOR TOTAL		-R\$	11.238.779,00

Fonte: Elaborado pelo autor da SICOOB Credisulca (2021).

Com a apresentação das Tabelas 01 e 02 e dos Quadros 02, 03 e 04 foi possível localizar muito especificamente os valores que estão contidos da DSP da cooperativa, mas são apresentados de forma consolidada, ficando assim quase impossível identificar esses valores que são rateados entre as 25 agências.

4.4 DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

A Demonstração de Sobras ou Perdas, tem uma estrutura semelhante com a conhecida Demonstração do Resultado, mas conforme a NBC T 10, 10.8, item 10.8.4, a denominação da demonstração é alterada de DR para DSP, que evidencia o resultado de determinado exercício, sendo que nela são considerados todos os ingressos diminuídos dos dispêndios do ato cooperativo, seguido das receitas, custos e despesas de atos não cooperativos.

Tabela 03 – Demonstração de sobras ou perdas de 2020

	Em Reais
Descrição	31/12/2020
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira	57.667.850,42
Operações de Crédito	41.136.263,30
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	480.864,00
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	93.597,20
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	15.957.125,92
Dispêndio da Intermediação Financeira	-20.285.888,32
Operações de Captação no Mercado	-14.164.715,02
Operações de Empréstimos e Repasses	-2.097.057,18
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	-4.024.116,12
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	37.381.962,10
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais	-10.180.267,95
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	12.767.815,10
Rendas (Ingressos) de Tarifas	13.191.098,71
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	-18.601.710,20
Despesas (Dispêndios) Administrativas	-20.797.436,81
Despesas (Dispêndios) Tributárias	-873.432,77
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	6.358.768,17
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	-2.222.673,03
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	-2.697,12
Resultado Operacional	27.201.694,15
Outras Receitas e Despesas	-317.214,57
Lucros em Transações com Valores e Bens	33.290,73
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-48.489,62
Outras Receitas	103.465,06
Outras Despesas	-192.510,67
Outras Despesas/Receitas de Provisões	-212.970,07
Resultado Antes da Tributação e Participações	26.884.479,58
Imposto de Rendas	-799.591,09
Contribuição Social	-506.306,00
Sobras/Perdas Antes das Destinações	25.578.582,49
Destinações Legais e Estatutárias	-13.550.604,91
FATES	-1.156.271,93
Reserva Legal	-7.834.907,12
Outras Destinações Estatutárias	-4.811.191,04
Reversões de Reservas	251.765,18
Sobras/Perdas Líquidas	12.027.977,58

Fonte: Adaptado pelo autor da SICOOB Credisulca (2021).



Na demonstração apresentada na Tabela 03, pode-se observar que a DSP se inicia pelo ingresso de intermediação financeira, seguido dos dispêndios dessa intermediação financeira, resultando no valor bruto do total de ingressos da cooperativa, em seguida estão destacados os outros ingressos e dispêndios específicos da cooperativa, todos provenientes de atos cooperativos, que estão ligados diretamente aos associados da cooperativa, que no caso precisaram ser feitos para atender as necessidades dos associados (cooperados). Em seguida pode-se observar todas as receitas e despesas dos atos não cooperativos, que no caso não foram provenientes diretamente dos associados, por exemplo venda de ativos da cooperativa, serviços prestados a não associados, como por exemplo, pagamento de boletos em geral, serviços a poupadores, que não são associados da cooperativa, serviços de conta salário que também não são associados da cooperativa, logo esses serviços e custos, devem ser separados dos demais atos, conforme legislação estabelece.

Em relação aos impostos e contribuições no caso das cooperativas de crédito elas possuem tributação diferenciada das demais entidades, pois, conforme lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito pagam imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) sobre atos não cooperativos, e são isentas aos atos cooperativos.

E por fim na DSP, tem-se as sobras antes das destinações obrigatórias por lei, FATES que é o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, conforme Lei 5.764 essa reserva é destinada a prestação de assistência aos associados da cooperativa, seus familiares e se estiver no estatuto da cooperativa aos seus empregados também, essa reserva é constituída com no mínimo 5% das sobras líquidas do exercício. Reserva legal também obrigatória por lei, é destinada a reparar possíveis futuras perdas da cooperativa e também destinada para o desenvolvimento da cooperativa, essa reserva é constituída com pelo menos 10% das sobras líquidas do exercício. A cooperativa por meio da assembleia geral pode constituir outros fundos, com finalidades especificamente descritas no estatuto social da cooperativa, que aqui no caso é descrita pela conta outras destinações estatutárias. E por fim a reversão de reservas que é o retorno da reserva constituída para a conta de lucros acumulados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender como funciona, qual o passo a passo e quais critérios são utilizados para a realização do rateio em uma entidade são itens indispensáveis para colaboradores e associados de uma cooperativa de crédito. Em razão disso percebeu-se que estudar mais a fundo o rateio das transações da UAD para as agências de uma cooperativa de crédito, poderá trazer novas possibilidades para tomadas de decisões e para aumentar a agilidade e integração entre os diversos setores e agências existentes na cooperativa. Para isso foi necessário exemplificar como acontece esse rateio.

O objetivo da pesquisa foi atingido no momento da confecção dos quadros 02, 03 e 04 com todos os critérios de rateio utilizados, com os grupos que compõem o rateio e também a exemplificação de como acontece a alocação do valor de cada agência conforme os critérios estudados. Com esses procedimentos foi possível ver que as transações rateadas entre as 25 agências foram agrupadas em apenas um



relatório de apuração e depois analisado todos os grupos existentes na base do rateio, quais critérios são utilizados, de quanto em quanto tempo é feito esse rateio e quais contas estão presentes em cada um dos oito grupos de transações que são rateadas entre as 25 agências. Em seguida com o entendimento de como funciona o rateio, foi realizado uma segregação do valor de total dos dois maiores grupos do rateio, grupo 3 e grupo 5, que juntos ocupam quase a totalidade do valor rateado entre as agências, conseguindo assim visualizar na prática como o critério foi utilizado e qual valor cada agência recebeu da base total do rateio.

Por fim foi apresentada a DSP da cooperativa, onde foi possível verificar que apenas com a análise em uma DSP não é possível identificar todos dados presentes no rateio da cooperativa, as transações separadas por agências e pela UAD. Logo pode-se dizer que a DSP traz todos os dados da cooperativa e de forma consolidada, não sendo possível analisá-los segregadamente, com mais profundidade, algo que é possível com o estudo dos relatórios de apuração de resultado, que possuem dados mais ramificados, por agências, separando as transações que ocorrem na UAD das demais agências da cooperativa.

Com a visão da DSP, foi possível perceber que esse artigo cumpriu seu objetivo geral, pois, analisando apenas DSP, não se consegue verificar quais valores são rateados da UAD para as agências, e com a leitura do presente estudo além de poder observar quais valores e como eles estão alocados, é plausível que se entenda todo o processo referente ao rateio de transações existentes em uma cooperativa de crédito.

A partir deste artigo para pesquisa futuras pode-se sugerir uma análise completa em todo o procedimento de rateio das transações da UAD para as agências, iniciando desde a separação das contas em cada grupo, como é realizado o cálculo de cada um dos grupos, focando principalmente nas bases utilizadas e em quais contas são aplicados os percentuais de rateio. Outra pesquisa que pode ser efetuada é a do passo a passo utilizado para a análise de resultado de uma agência, com a cobertura de todos os grupos contábeis, não apenas do rateio da UAD para as agências, mas também de todos os ingressos/receitas e dispêndios/despesas daquela agência, e qual a participação daquela agência no resultado geral da cooperativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A. T., SILVA, W. A. C. Cooperativas de crédito: a evolução dos principais sistemas brasileiros com um enfoque em indicadores econômico-financeiros. **Contextus-Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, 9(1), 117-126, 2011.

Banco Central do Brasil (BACEN). **Institucional do BACEN**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/institucional>. Acesso em: 07 out. 2020a.

Banco Central do Brasil (BACEN). **Sistema Financeiro Nacional (SFN)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>. Acesso em: 24 out. 2020b.

Banco Central do Brasil (BACEN). **Modelo de negócios de cooperativas de crédito**. Disponível em:



https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE083_Modelo_de_negocios_de_cooperativas_de_credito.pdf. Acesso em: 23 set. 2020c.

BONETTI, E.; WERNKE, R.; ZANIN, A. **Software para Utilização do Custeio Baseado em Atividades e Tempo (Tdabc) Em Cooperativa de Crédito**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, v. 5, n. 9, p. 129-146, 2018.

BRASIL. **Lei n. 4.595**, de 31 de dez. de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm. Acesso em: 07 out. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.764**, de 16 de dez. de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. **Lei complementar n. 130**, de 17 de abr. de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp130.htm. Acesso em: 02 nov. 2020.

Conselho Federal de Contabilidade. Aprova a ITG 2004. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2017/ITG2004. Acesso em: 15 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TG 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis. **Resolução CFC, n. 1185**, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas brasileiras de contabilidade ITG 2004 – entidade cooperativa**, 2017.

Conselho Regional de Contabilidade RS (CRCRS). **Contabilidade das Sociedades Cooperativas**. 2018. Disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/palestras/271118_cooperativas_apostila.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL – CMN (Brasil). **Resolução n. 4.434**, de 5 de ago. de 2015. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v2_L.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.



CRISTOFOLINI, A. **Tratamento tributário do ato cooperativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

DUBOIS, A; KULPA, L; SOUZA, E. L. **Gestão de Custos e Formação de Preços: conceitos, modelos e instrumentos: abordagem do capital de giro e da margem de competitividade**. São Paulo: Atlas, 2006.

ETGETON, A. A. et al. **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil**. Maringá Management, v. 2, n. 1, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. **Economia monetária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 10 ed. São Paulo. Atlas. 2010.

MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confedbras, 2014.

MENEZES, A. **Nos rumos da cooperativa e do cooperativismo**. Brasília, Confedbras, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BANCÁRIAS - OCB. **Cooperativas de crédito e seus impactos sociais**. Brasília: OCB, [2007?]. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/trab_50.pdf. Acesso em: 02 nov. 2020.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: BCB, 2008

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, A. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SICOOB Credisulca 2021. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredisulca/sicoob-credisulca>. Acesso em: 25 out. 2020.

SILVA, M.B.; GRIGOLO, T. M. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

ZANETTE, M. A.; ALBERTON, L.; NASCIMENTO, C. Cooperativas de crédito: proposição de modelo para gestão dos custos adicionais na concessão de



empréstimo pessoal. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. 2008.
Curitiba –PR. **Anais XV Congresso Brasileiro de Custos** – Curitiba: ABC, 2008.
Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1399/1399>.
Acesso em: 02 nov. 2020.